



**ESPORTE E MODERNIDADE:
UMA ANÁLISE COMPARADA DA EXPERIÊNCIA ESPORTIVA
NO RIO DE JANEIRO DE PEREIRA PASSOS (1902-1906) E NA
SALVADOR DE J. J. SEABRA (1912-1916)**

**Sport and modernity: a comparative analysis of the sporting
experience in Rio de Janeiro by Pereira Passos (1902-1906)
and in Salvador by J. J. Seabra (1912-1916)**

**Deporte y modernidad: un análisis comparativo de la
experiencia deportiva en Rio de Janeiro de Pereira Passos
(1902-1906) y en Salvador de J. J. Seabra (1912-1916)**

Coriolano Pereira da Rocha Junior¹

Resumo:

Este estudo teve por objetivo analisar comparativamente a relação entre a construção de projetos de modernidade e a conformação do campo esportivo no Rio de Janeiro e em Salvador, no contexto dos governos Pereira Passos (1902-1906) e J. J. Seabra (1912-1916), respectivamente. A investigação justifica-se por se tratar de duas cidades historicamente importantes para o país, bem como pela ausência de estudos correlatos. Assim, a análise comparada é o aspecto mais original deste texto. Como fontes examinamos jornais de circulação diária, como também alguns trabalhos já consolidados e publicados na área. Concluímos que no Rio de Janeiro o campo esportivo desenvolveu-se em ampla relação com o processo de modernização, enquanto na Bahia essa relação foi menos significativa, com menor

desenvolvimento esportivo.

Palavras-chave: Modernidade. Esporte. Análise Comparada.

Abstract:

This study aimed to comparatively analyze the relationship between the construction of modernity projects and the conformation of the sports field in Rio de Janeiro and Salvador, in the context of the Pereira Passos (1902-1906) and J. J. Seabra (1912-1916) governments, respectively. The investigation is justified because they are two historically important cities for the country, as well as the lack of related studies. Thus, comparative analysis is the most original aspect of this text. Os sources to investigate, we examined daily newspapers, as well as some magazine, work already consolidated and published in the area. In conclusion, we identified that in Rio de Janeiro the sports field developed in broad relation with the modernization process, while in Bahia this relationship was less significant, implying less sports development.

Keywords: Modernity. Sport. Comparative Analysis.

Resumen:

Este estudio tuvo como objetivo analizar comparativamente la relación entre la construcción de proyectos de modernidad y la conformación del campo deportivo en Río de Janeiro y Salvador, en el contexto de los gobiernos de Pereira Passos (1902-1906) y J. J. Seabra (1912-1916). La investigación se justifica por tratarse de dos ciudades históricamente importantes para el país, así como por la falta de estudios al respecto. Así, el análisis comparativo es el aspecto más original de este texto. Como fuentes examinamos diarios, así como algunas revistas y trabajos ya consolidados y publicados en el área. En conclusión, identificamos que en Río de Janeiro el campo deportivo se desarrolló en amplia relación con el proceso de modernización, mientras que en Bahía esa relación fue menos significativa, implicando un menor desarrollo deportivo.

Palabras clave: Modernidad. Deporte. Análisis comparativo.

Este estudo procura analisar as relações entre a construção de projetos de modernidade e a instalação de um campo esportivo e tem como objetivo central estabelecer uma análise comparada da presença do esporte nos projetos de modernidade no Rio de Janeiro e em Salvador. Nosso propósito é o de comparar estas duas cidades, tratando o que pode haver de semelhanças e dessemelhanças entre elas, identificando o que é específico e particular e ao mesmo tempo o que é comum em ambas, buscando um diálogo entre o esporte e a construção de um ideário de modernidade no início do século XX.

O desenvolvimento deste texto se dá a partir de algumas questões básicas, que são: como estes dois governos construíram seus ideais de modernidade e a partir disso mobilizaram o esporte nos seus projetos de intervenção? Qual o impacto destes projetos nestas duas cidades? O trato deste tema justifica-se por serem as duas cidades, das mais importantes para o país em sua história e também, pela ausência de estudos correlatos, assim, desenvolver uma análise comparada é o aspecto mais original deste texto.

Ao pensarmos nos estudos sobre história do esporte, vemos que estes têm obtido grande avanço, instalando-se como uma nova área de investigação. Sobre isto, Melo (2007, p. 14) comenta que:

[...] nas últimas décadas, emerge, enquanto um novo campo profissional de investigação histórica, se não somente conduzido por “historiadores de formação”, certamente por pesquisadores que, independente de sua filiação acadêmica original, procuram fazer uso das discussões metodológicas do campo da história.

Burke (2005, p. 78) fala que “graças a essa virada em direção às práticas, a história do esporte, que antes era tema de amadores, tornou-se profissionalizada, um campo com suas próprias revistas [...]”. Esta “virada” se dá quando a história dialoga com outras áreas e quando novas práticas ganham sentido nas pesquisas históricas, aparecendo aí a prática corporal. Em reforço a isto, Luca (2006, p. 113) fala que a “face mais evidente do processo de alargamento do campo de preocupação dos historiadores foi à renovação temática [...]”. Assim, no contexto da Nova História é possível trabalhar com objetos que não eram percebidos como centrais.

Com base neste “alargar” de campos para a história e no avançar do esporte como tema de estudos, optamos pela história comparada como método de pesquisa, por entendermos que ela nos dá a possibilidade de também analisar comparativamente o fenômeno esportivo e suas peculiaridades, dando a chance de melhor compreender o que é local e específico, procurando semelhanças e diferenças. Em última análise, entendemos que o método comparativo nos possibilita “[...] estabelecer o estranhamento, a diversificação, a pluralização e a singularidade daquilo que parecia empiricamente diferente ou semelhante, posto pelo *habitus* e reproduzido pelo senso comum” (THEML; BUSTAMANTE, 2007, p. 15).

Como fontes, usamos: *Diário de Notícias* (1912-1916), *Jornal A Tarde* (1912-1916) e *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (1912-1916)². A estes materiais soma-se a literatura específica nacional, incluindo aí teses e dissertações. O procedimento adotado será o de estabelecermos análises comparativas entre as fontes que falam de Salvador (primárias) com as fontes já produzidas que tratam do Rio de Janeiro (secundárias).

Tratando das cidades em foco, Salvador e Rio de Janeiro foram sucessivamente capitais do Brasil, todavia, no início do séc. XX viviam realidades diversas. Enquanto o Rio de Janeiro era a cidade mais importante do país, Salvador vivia uma fase de decadência, num cenário em que “a Bahia se viu progressivamente afastada do exercício mais efetivo do poder, resultando disso a tristeza por já não possuir influência comparável a que tivera no Império” (LEITE, 2005, p. 298). Ao contrário disto, o Rio de Janeiro, como capital brasileira era o centro da política e da

economia e tentava lidar com a nova cena constituída a partir da abolição da escravidão, da instalação da República e das várias reformas e crises econômicas, com ares mais urbanos do que a Bahia³. A cidade tentava se projetar adiante nos novos tempos, procurando o afastamento do Brasil colonial. Já a Bahia, ao contrário, via nestes tempos sua época áurea.

No Rio de Janeiro se via um processo onde o espaço urbano, os comportamentos, gostos e valores se modificavam. Buscava-se um alinhamento com as mudanças que já se davam na Europa e para tanto, a “[...] imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma na obsessão coletiva da nova burguesia” (SEVCENKO, 2003, p. 41). Conjuntamente a isto, “é o processo de transformação urbana que dá o tom para a definição da atmosfera cultural da cidade; as relações sociais se estabelecem como um sucedâneo do projeto urbanístico que as circunscreve” (SEVCENKO, 2003, p. 121).

Esses aspectos se aceleraram com a crescente entrada de capital internacional, que gerou um crescente volume de negócios, mesmo que nesta época não fosse o Rio de Janeiro o estado com a maior produção econômica. Ou seja, enquanto estados como São Paulo e Minas Gerais faziam sua economia crescer e outros como a Bahia viam uma baixa neste setor, o Rio de Janeiro valia-se da condição de capital para implementar mudanças gerais na cidade e na vida das pessoas. Mesmo tendo passado pelas já ditas crises econômicas e políticas, oriundas das recentes mudanças experimentadas pelo Brasil e pelo declínio da produção cafeeira do interior, a cidade mantinha-se como foco do país, mesmo que os poderes centrais da República fossem exercidos por pessoas de outros estados. Sobre isto, Sevcenko (2003) mostra que, “[...] a cidade era, no entanto, o ponto nodal da vida política brasileira, contendo os poucos espíritos dotados de sensibilidade e poder para as reformas [...]” (p. 281).

Mostrando as implicações das diversas mudanças sobre o Rio de Janeiro, Carvalho bem caracteriza este contexto quando fala que:

[...] não seria exagero dizer que a cidade do Rio de Janeiro passou, durante a primeira década republicana, pela fase mais turbulenta de sua existência. Grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo, precipitam-se com a mudança do regime político e lançaram a capital em febril agitação, que só começaria a ceder ao final da década (CARVALHO, 2009, p. 15).

Diferentemente do Rio de Janeiro, a Bahia se prendia na expectativa de reencontrar as mesmas forças que possuía no Brasil colonial, buscando “o resgate da opulência do passado e as tentativas de recuperação do status [...]” (LEITE, 2005, p. 25). O que se via na Bahia era um apelo ao seu passado de “glória”. Isto se dava pelo fato da Bahia se considerar “injustiçada” com as novas realidades nacionais, reclamando para si a retomada de uma época em que era chamada

de “Rainha do Norte”⁴. Sobre este aspecto o mesmo Leite (2005) mostra-nos que se “[...] durante o Império a Bahia foi uma província poderosa, com o avançar da República foi se tornando uma mera coadjuvante nas orquestrações políticas [...]” (p. 227).

Esta aspiração por um retorno a fases anteriores é explicada por Leite (2005), quando diz que isto seria um sentimento internalizado entre os baianos, já que

“O esplendor do seu renome de Rainha do Norte”, como alguém fez questão de declarar, justificava-se pela certeza, compartilhada por muitos, de uma preponderância nos campos econômico e político durante o século XIX. Era corrente o pensamento de que a Bahia manteve por um longo período a liderança nas atividades econômicas — e ainda que se tenha visto despojada da liderança, permaneceu contribuindo de forma relevante para a renda nacional. No cenário político, por sua vez, não apenas produziu figuras de expressivo destaque, mas exerceu, também, um amplo domínio nos principais cargos administrativos do país por praticamente todo o Império, em particular no segundo reinado (LEITE, 2005, p. 78).

Com estes aspectos contrastantes, as cidades conviviam com dificuldades em sua estrutura urbana e com problemas sociais, todavia, os agentes causadores destes problemas se diferenciavam por conta da própria condição política e econômica. Se no Rio de Janeiro, dentre outras coisas, os problemas ocorriam por conta de seu rápido e mesmo desordenado crescimento populacional e a própria infraestrutura da cidade, em Salvador os problemas tinham relação com as dificuldades econômicas e de seu modo de organização social.

É neste quadro que vemos se instalar no Brasil uma corrida pela construção de um projeto de modernidade. Esta busca era representada por tentativas de mudanças de comportamentos, de efetivação de um novo cenário cultural, no qual pessoas e cidades assumiriam papéis e sentidos diferentes do que se conhecia e que eram vistos como a representação de um atraso, algo que ligava o Brasil a um passado que se queria superar. Sobre estes tempos, Costa e Schwarcz (2000, p. 11) vão dizer que:

[...] sonhou-se muito na passagem do século XIX para o XX. Era esse o momento das realizações, da efetivação de projetos de controle das intempéries naturais. Ainda não pairava no ar o cheiro da guerra; a ideia do conflito parecia controlada pela fantasia do progresso, e os novos avanços traziam a confiança de um domínio absoluto sobre a natureza e os homens.

Entendendo que as novas realidades políticas e econômicas do país criaram uma “emergência” por mudanças, Sevcenko (2003, p. 58) fala que um “apelo premente para a reforma conforme o figurino europeu permeava todos os aspectos da vida urbana e era absoluto, pelo menos dentre as classes letradas”. Com isto, podemos entender que havia no Brasil uma tentativa

de mudar a realidade vivida, realidade esta que era associada às dimensões do Brasil colonial e, portanto, atrasada, antiquada para novos padrões que se exigia com a República. Neste caminhar em busca da modernidade, o Brasil tentava dialogar com modelos estrangeiros para se pensar, para efetivar mudanças, valendo-se de exemplos já executados. Sevcenko (2003) chega a falar de um desejo de ser estrangeiro por parte da população. Costa e Schwarcz (2000, p. 27) colocam que:

[...] a atmosfera que no Rio de Janeiro ficou conhecida como “regeneração” parecia corresponder ao surto que ocorria em outras partes do mundo, além de trazer a sensação de que o país estava em harmonia com o progresso e a civilização mundiais.

Percebe-se que a modernidade é ambígua, fazendo com que seus mecanismos de execução e vivência sejam repletos de incongruências internas, pois ao mesmo tempo gera ganhos e perdas, sentimentos de apoio e de revolta, melhorias com o que é novo e perdas com o abandono do “velho”, ou seja, são duas leituras de uma mesma realidade. A busca pela modernidade se dá a partir das elites, sem maiores diálogos com as classes populares e mais, de forma a atender seus gostos e desejos. Assim, a modernidade e seus “benefícios” deveriam acontecer, mesmo que fosse necessário levar dificuldades às classes populares, vistas como um “empecilho” aos adventos da modernidade, por representarem o atraso que se queria superar. Ainda, a cidade deveria se afastar de qualquer marca que a ligasse ao que era rural, pois, a modernidade era essencialmente urbana, letrada, científica e lógica. Mais que isso, os projetos de modernidade se dão sob influência direta dos princípios da industrialização, exigindo do homem uma nova relação com o espaço e com o tempo.

Ao pensarmos sobre os conceitos de modernidade, vemos em Kumar (1996, p. 473) que esta:

[...] extrai seu significado tanto do que nega como do que afirma. [...] a modernidade sente que o passado não tem lições para ela; seu impulso é constantemente em direção ao futuro. Ao contrário de outras sociedades, a sociedade moderna recebe bem e promove a novidade. É possível dizer que ela inventou a “tradição do novo”.

Numa análise que é complementar a esta, Baudelaire (2007, p. 26) fala desta forma: “[...] modernidade é o transitório, o efêmero, o contingente [...]”, reforçando o já apresentado sentido de ambiguidade, ficando latente o valor da experiência, de que a modernidade é vivida e como tal ganha sentidos diferentes para aqueles que a experimentam. Esta experiência assume significados

diversos em função de suas expectativas e anseios em relação a ela e mais, do que se pode vivenciar daquilo que por ela é apresentado.

Reforçando esta noção de experiência, Gunning (2004, p. 33) ao trabalhar conceitualmente modernidade nos fala que:

Por modernidade refiro-me menos a um período histórico demarcado do que a uma mudança na experiência. Essa nova configuração da experiência foi formada por um grande número de fatores, que dependeram claramente da mudança demarcada pela Revolução Industrial.

Podemos ver que a ideia de modernidade se expressa também por uma mudança de vivências e de comportamentos, para além de um período histórico. Assim, repercute no modo de vida das pessoas e na maneira como estas se relacionam entre elas, com o espaço e com o tempo, ganhando impulsos desconhecidos e criando confrontos entre experiências anteriores e novas, gerando outras formas de regulação da vida em sociedade e das pessoas.

Desta maneira, a modernidade atravessa a vida das pessoas de maneira tal a lhes provocar mudanças, sejam estas desejáveis ou não, mudanças que as levam ao desconhecido e que podem ser positivas ou negativas. Isto é bem apresentado por Berman (2007, p. 24), pois para ele:

[...] ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos tudo o que sabemos tudo o que somos.

Analisando a construção de um sentido de modernidade, é no Rio de Janeiro que se fortalece a sua busca, justo por esta ser a capital do país no momento chave deste processo, servindo como exemplo para o Brasil. Decorre daí uma tentativa de fazer acontecer em outras cidades o mesmo que no Rio de Janeiro e com Salvador não foi diferente. Desta forma, as cidades em estudo são duas esferas importantes de compreensão do que se pensou como modernidade para o país, do que se viu como suas representações e mais, do que se efetivou no início do século XX. Cabe-nos agora tratar mais sobre como se deram os projetos de modernidade no Rio de Janeiro e em Salvador.

O Rio de Janeiro era a capital da recente República, uma cidade que atraía para si os olhares da nação e mesmo do exterior, sendo assim o espaço indicado para mudanças. Estas mudanças já se davam pelo mundo e principalmente na Europa, tendo Paris como modelo e é este processo que o Brasil tenta acompanhar. Entendia-se que o país não poderia ser a referência,

graças a vários determinantes, mas era necessário mostrar-se como um país alinhado as tendências internacionais, era preciso buscar o “progresso”.

Todo este período e este mecanismo de mudanças passam a ser conhecidos por *Belle Époque*, que com “[...] seus costumes extravagantes e hábitos mundanos, invade a cena e enche a humanidade de explicações” (COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 22). Ainda sobre este processo, podemos ver em Needell (1993, p. 39) que:

[...] a *Belle Époque* carioca inicia-se com a subida de Campos Sales ao poder em 1898 e a recuperação da tranquilidade sob a égide das elites regionais. Neste ano registrou-se uma mudança sensível no clima político, que logo afetou o meio cultural e social. As jornadas revolucionárias haviam passado. As condições para a estabilidade e para uma vida urbana elegante estavam de novo ao alcance da mão.

Num quadro de uma economia melhorada, com desavenças políticas internas controladas e sob a pujança econômica do ciclo da borracha, Rodrigues Alves (1902-1906), dá início às reformas no país. O Rio de Janeiro foi à cidade escolhida, já que era sede do poder e capital do Brasil. O Rio de Janeiro tinha no poder Pereira Passos (1902-1906), engenheiro de formação e com passagens por Paris, exatamente no período em que se deu sua grande remodelação urbana, sob os cuidados de Haussmann⁵, que acabou sendo modelo para as que foram propostas e executadas no Rio de Janeiro.

É nesse contexto que o Rio de Janeiro viveu uma das fases de sua modernização, com ações que quando executadas, buscaram reordenar o espaço urbano e os modos de vida dos cidadãos. Todas estas ações se davam num conjunto de mudanças socioeconômicas, culturais, estruturais e higienizantes, marcando um novo momento histórico, que possibilitou tornar a cidade um espaço de novas vivências e práticas sociais.

Nessa fase, o Rio de Janeiro passa por uma profunda transformação, vendo modificarem-se os espaços das ruas, dos prédios e do próprio modo de vida das pessoas. O novo surge em velocidade acelerada, enquanto o que é dito velho some. Não apenas as instalações prediais vão sumir, mas também as pessoas que as ocupam e seus hábitos não são condizentes com o que era novo e urbano. A cidade passa por uma “limpeza”, uma higienização e precisa se livrar do que a ligava ao que era colonial, antiquado, não moderno, pois, “abraçar a Civilização significava deixar para trás aquilo que muitos na elite carioca viam como um passado colonial atrasado, e condenar os aspectos raciais e culturais da realidade carioca que a elite associava àquele passado” (NEEDELL, 1993, p. 70).

Sevcenko nos mostra que a modernidade se constrói com base no que chama de quatro princípios, que são:

[...] a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003, p. 43).

A *Belle Époque* consagra-se como um projeto urbano, de uma elite que trazia a herança dos tempos coloniais e das fortunas das plantações de café, mas que já se tornara urbana, todavia, também envolvia os novos ricos, que eram os comerciantes, os pequenos empresários, os trabalhadores liberais, burocratas e funcionários públicos. O Rio de Janeiro se moderniza justamente para esta elite, potencial “exploradora” das benesses desta modernidade. É esta elite que vai viver os tempos áureos do consumo, que vai ser *chic*, mesmo que para isso tenha de se livrar da população por ela considerada suja, sem condições de conviver nos novos cenários construídos para a modernidade, portanto, uma gente que deve ser expulsa da cidade.

Podemos dizer que o projeto modernizador do Rio de Janeiro se assentava em alguns pontos básicos, que eram: construção e/ou alargamento de novas vias; construção de edifícios de arquitetura imponente e consequente derrubada de antigos prédios; a higienização da cidade; a criação do belo, do apreciável; a instalação de um comércio caro e de padrões europeus. Além disto, no plano mundial, vivia-se a fase das descobertas, dos inventos, da afirmação da ciência como um bem que alteraria para sempre os padrões de vida, que acelerariam a dinâmica social e mesmo as pessoas em suas relações e em seu cotidiano.

É a partir do operado no Rio de Janeiro, que outras capitais brasileiras vão também buscar o seu próprio projeto de modernidade, dentre elas Salvador. As mudanças projetadas para o Rio de Janeiro e Salvador aconteceram em tempos diversos, sendo em Salvador posterior ao Rio de Janeiro. Interessa-nos ao tratar de Salvador, analisar como este quadro se desenvolveu, numa leitura comparativa com o dado na capital de então do país, reconhecendo que estas mudanças lidaram com as realidades e peculiaridades históricas e culturais de cada cidade, não sendo lineares e uniformes, com percursos próprios e específicos.

Em Salvador foi durante o governo estadual de J. J. Seabra⁶ (1912-1916) que se empreendeu um conjunto de ações que visaram remodelar seu espaço urbano e ainda adequar seus habitantes as novas exigências de comportamentos e posturas da modernidade. Claro que isto acaba por sofrer influência direta do que já havia se dado no Rio de Janeiro. Seabra foi ministro⁷ durante o governo de Rodrigues Alves e por isto acompanhou diretamente todas as ações que se deram no Rio de Janeiro da *Belle Époque*. Como ministro,

[...] sua atuação ficou marcada também pelas realizações: além da reforma da capital federal, deu início a obras na Bahia (reforma da Faculdade de Medicina após incêndio, porto de Salvador) e Pernambuco, organizou a polícia civil no Rio de Janeiro, reformou serviços públicos. Cumpriu, enfim, de forma muito eficiente, as tarefas do cargo, o que lhe rendeu o reconhecimento do presidente (SARMENTO, 2009, p. 70).

No período da *Belle Époque* carioca, a Bahia viveu um contínuo decréscimo de sua importância política e econômica, com outros estados ganhando peso no Brasil Republicano, até mesmo pelo fato de que seus “chefes estabelecidos mantiveram-se fiéis ao trono enquanto puderam, e a Bahia foi à última província a aderir oficialmente ao novo regime” (SARMENTO, 2009, p. 21).

Sobre esta condição de decadência e desimportância, Risério (2004, p. 310) fala que:

[...] a Bahia não se armou para ir assumindo um ritmo industrial. Sua capitalização era fraca, havia a enorme dificuldade de transporte, a carência de energia e, ainda, a hegemonia dos comerciantes, que não se interessavam tanto por investimentos em atividades produtivas.

Ou seja, a Bahia destoava dos princípios aventados pela ideia de progresso. Além disto, em seu cotidiano, os moradores de Salvador conviviam com carências em vários setores da vida pública, como: transporte, saneamento, iluminação, moradia, saúde pública, energia, limpeza pública e já se apontavam problemas com o uso desmedido de recursos naturais. Desta forma, Salvador estava ainda presa a uma lógica econômica que se não impedia, certamente limitava as aspirações por um maior crescimento, pelo progresso, não sendo ainda suficientemente “civilizada”, estando, portanto, fora dos padrões propalados pela *Belle Époque*.

Nessa cena e sob este quadro, a elite soteropolitana, assim como a carioca, aspirava mudanças e a bem da verdade, se suas condições iniciais se diferiam pelo peso das cidades na vida pública do país, não nos parecem muito diferentes quanto às condições estruturais antes da instalação ou tentativa de se criar uma cidade moderna e que exultava o progresso.

Esse anseio da elite de Salvador por mudanças está estampado no editorial do Jornal Diário de Notícias, que diz assim: “se difícil se tornava a extinção completa de certos hábitos ruins entre nós, era porque dependia da remodelação da cidade”⁸. Este trecho nos dá a mostra de que existia um apelo por algo que fizesse a cidade diferente, livre dos vícios “envelhecidos” e livre da miséria, um dos aspectos mais fortes e duros da vida baiana nestes tempos.

Albuquerque (1996, p. 104) aos nos mostrar uma cena da cidade, nos dá condições de bem compreender o quanto Salvador ainda tinha de cidade colonial, portanto, distante de ser “moderna”.

Um grupo de marujos norte-americanos, de passagem pela Bahia, resolveu dar uma “lição amarga” aos moradores desta terra: pegaram vassouras e regadores cheios de creolina e - numa clara referência ao já costumeiro hábito das lavagens festivas dos baianos - puseram-se a limpar e dedetizar o Terreiro de Jesus, as praças Rio Branco e Castro Alves, além de outros pontos da cidade. Alguns moradores tiveram o ímpeto de reagir contra tal afronta dos estrangeiros, no que foram repelidos, segundo o jornal que noticiou o fato, por um senhor que admitiu: - “Mas se não fizeram a coleta daquela esterqueira!”, argumento que desfez a tentativa de revide sentenciando que os marujos norte-americanos tinham razão; afinal, “cidadãos de centros civilizados, irritavam-lhes tais aspectos de Costa D’África, de cabilda de selvagens sem governo”.⁹

Na elite local a:

[...] preocupação era com a saúde moral e a imagem que os estrangeiros fariam da cidade, já que para os reformadores republicanos os estrangeiros deveriam encontrar em terras baianas aspectos familiares e não exóticos. Esta seria a prova máxima de que a civilização aqui chegara (SARMENTO, 1996, p. 112).

Neste cenário é que Leite (1996, p. 18), ao falar sobre as aspirações modernizantes de Salvador, mostra que se tentava atender “[...] a um interesse comum de certos segmentos elitistas da sociedade local, inconformados com a cidade em que viviam [...]”. A cidade de Salvador em sua aventura pela modernidade teve de conviver com uma clara dificuldade que em muito limitava qualquer aspiração, a fragilidade econômica. Salvador não possuía recursos em seus cofres para tocar o projeto e para isto, teve de contar com recursos externos na base de empréstimos, mas que mesmo assim não atingiram o montante desejado. Este fato fez com que a reforma urbana fosse numa escala menor do que se esperava e por isto mesmo, frustrava suas elites, já que ficavam distantes do sonhado modelo do Rio de Janeiro. Albuquerque demonstra isto assim:

O plano inicial de remodelamento planejado por J. J. Seabra teve que ser revisto, face a escassez de capital para financiá-la. A avenida 7 de setembro, que como diriam os jornais da época era “a menina dos olhos” de Seabra, originalmente deveria ter dimensões maiores e, conseqüentemente, promover um maior número de demolições, envolver mais gastos com pagamento de operários e indenizações. Todas essas medidas eram despesas muito altas para um Estado que amargava uma grave crise financeira (ALBUQUERQUE, 1996, p. 105).

O pretendido por Seabra e as elites locais para Salvador não avança como se esperava na questão de uma nova urbanização da cidade. No que é tocante aos hábitos também parece não ter havido mudanças significativas. Salvador sempre se destacou por possuir uma imensa população negra, herança do longo tempo de escravidão no país e que servia de mão de obra nas fazendas e casas grandes de toda a Bahia e de Salvador. No entanto, esta herança envergonhava a cidade, já que para a elite local os negros com seus hábitos e modos mais se assemelhavam a bárbaros e eram símbolos de uma cidade que não atingira padrões modernos.

Era preciso embranquecer Salvador, acabar ou ao menos jogar para fora da cidade os rituais e práticas desta população, ou como diz Albuquerque (1996, p. 106), para as elites,

Era preciso livrar as ruas de práticas como as batucadas e sambas de rodas que tanto lembravam os tempos coloniais, em que este era um espaço destinado aos negros de ganho, aos mendigos, aos moleques de recado. Desfazer-se “das chagas do passado colonial” se apresentava como tarefa inadiável para os republicanos baianos.

Esta tentativa civilizadora de se acabar com festas, gestos, sons e práticas corporais dos negros não avançou muito, já que de certa forma já estavam imiscuídos na cidade, na população, pois, “[...] quando na velha Bahia da nova ordem os santos, deuses e heróis saíam às ruas com seus cultuadores, traziam à tona aspectos sutis, mas relevantes das relações sócio-raciais” (ALBUQUERQUE, 1996, p. 124).

Podemos então identificar que em ambas as cidades existiu um sentimento e uma ansiedade por mudanças que fizessem com que nelas se instaurasse o novo, numa tentativa de apagar o passado. Em ambas, a perspectiva foi de construção sem preocupações com manutenção ou preservação do patrimônio ou de qualquer outro vestígio que as ligasse ao passado. Neste ponto, vemos um dos conflitos deste ideal de modernidade, já que para a construção destas novas cidades, muito do que existia fora colocado abaixo, provocando resistências. Se ruas, avenidas, praças e edifícios foram construídos, outros espaços tradicionais foram derrubados e mais, se uma nova cultura afrancesada era incorporada pela elite, práticas culturais populares foram relegadas, negadas. Todavia, esta ação modernizadora que por vezes mais parecia a ação de um rolo compressor, não fez apagar as marcas já fincadas em solo brasileiro e que estavam colocadas na população que resistira a este processo ou ao menos tentara isto, marcas que ficaram nas limitações deste civilizar-se das cidades, muito por conta das próprias limitações do projeto político. Dessa forma, se por um lado crescia uma cidade com aspectos modernos, ricos, por outro crescia uma pobre, popular.

Fundamental nesta análise comparativa entre Rio de Janeiro e Salvador, é perceber o quanto a cultura foi um foco das ações modernizadoras, já que é nela que se apoiam as perspectivas de mudanças do cotidiano das cidades, para além das paredes dos prédios e das vias públicas. Era preciso construir-se um novo povo, com uma nova cultura. Neste caso, se acentuava o sentimento de inferioridade do brasileiro em relação ao europeu, ao francês, já que para a elite era lá que existia a cultura real e moderna. Sobre isto, Needell (1993, p. 12), no prefácio de sua obra, fala da “[...] existência de um padrão comum nas relações entre a cultura dos colonizados e a dos colonizadores, um padrão que se manifesta em três etapas: conflito, adaptação e rejeição”. Esta análise reforça nossa compreensão sobre o contexto das modernidades destas duas cidades.

O que se opera realmente é uma reafirmação da cultura de elite em detrimento da cultura popular como uma forma de manipulação e afirmação do poder desta elite, e as reformas urbanas advindas da modernidade são mesmo a configuração de um cenário que melhor representava este princípio de dominação. Todavia, não podemos entender que este mecanismo se deu de forma plena, sem uma contra ação dos rejeitados, que mesmo sob as forças do poder central e sofrendo as agruras de seu deslocamento e as violências contra um modo de cultura, souberam agir. Mesmo estando à margem das benesses da modernidade, essa população continuou a existir culturalmente, com seus hábitos e gostos, muitas vezes incorporando e ressignificando as práticas vividas pelas elites que, em contrapartida, por vezes assumia para si as práticas populares.

Hall (2005, p. 25) fala que “as transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas”. Com isto, é possível compreender que a modernidade vivida no Rio de Janeiro e em Salvador, tentou exatamente descentrar seu povo e aí, sem distinção de classes, levá-lo a incorporar o que se via como de mais civilizado para a época, exatamente a cultura europeia. Queria-se com isso alterar as identidades locais, construídas nas bases de um país que até então lidara com influências diversas, mesclando-as num contexto associado às especificidades de cada cidade. O que se queria era sobrepujar uma pela outra. Todavia, como as identidades (nacionais, regionais ou locais), “[...] não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação” (HALL, 2005, p. 48), a modernidade “implantada” acabou sendo reconstruída numa leitura peculiar a cada cidade. Desta forma, por mais que os projetos se baseassem em semelhanças, eles se diferenciaram exatamente pelas formas com que se efetivaram e pela forma com que foram assimilados ou não pela população.

É neste cenário e sob estas condições, que tanto no Rio de Janeiro como em Salvador, se iniciaram as “aventuras” da população com o esporte, sendo este um dos elementos desta que se mostrava como uma nova era, a modernidade.

Num contexto onde estas cidades passavam pela experiência da modernidade, tentando conjugar reformas urbanas, mudanças de comportamento, construção de novos hábitos e gestar uma nova relação do homem com a cidade, com o espaço, com o tempo, com o outro e consigo próprio, o esporte surge como uma das novas formas de vivência, como uma prática social representativa da modernidade. Pode-se atribuir isto ao fato de o esporte incorporar elementos que simbolizavam as aspirações por mudanças, assumindo papéis que caracterizaram modificações nas formas de agir e de circular do homem na sociedade, articulando em sua prática elementos como: maior exposição do corpo, movimento, risco e desafio, fatores que significavam uma busca pelo prazer e por uma excitação inovadora, sendo também uma forma das cidades se apropriarem de mais um elemento da modernidade.

Acerca deste fato e ao tratar diretamente sobre o Rio de Janeiro, Melo (2001, p. 14) vai nos dizer que a modernidade:

[...] sem dúvida, trouxe mudanças significativas para o cenário social e cultural brasileiro, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Nesse contexto, o esporte encontrou terreno fértil e possibilidades de se estabelecer no País.

Pode se considerar o esporte como um espaço específico e relativamente autônomo, que se constrói a partir de uma lógica interna própria e que ganha sentido e peso no Brasil na virada do século XIX para o XX, associando-se as dinâmicas culturais típicas da sociedade. Por mais que reconheçamos as influências e ações dos aspectos socioeconômicos e políticos sobre o esporte, devemos ter em conta que este ganha projeção e visibilidade social por seus arranjos específicos, vinculados as realidades culturais típicas de seus cenários de inserção e aqui falamos do Rio de Janeiro e de Salvador.

Ao nos apresentar o conceito de campo, Bourdieu (1983) nos faz ver que este pode ser entendido como um movimento de lutas internas em uma área especializada, onde se conflitam várias relações como força, poder e interesses e o mesmo se dá com o esporte. Falando então de um campo esportivo, entendemos que este se constitui a partir da existência de alguns elementos formadores que lhe serão peculiares: a definição de regras específicas; a criação de entidades reguladoras; a configuração de um calendário de competições; a existência de um corpo profissional próprio; a formação de um mercado ao seu redor e a busca da máxima *performance* individual e/ou coletiva como marca de excelência.

Desta forma e por fim, podemos ver que no Rio de Janeiro e em Salvador, o esporte vai mostrar uma clara ligação com as experiências desenvolvidas na Europa e isto se demonstrava na denominação dos primeiros clubes e nas primeiras modalidades praticadas. Também, a experiência brasileira com o esporte, assim como o próprio projeto de modernidade, foi uma ação vinculada à pequena parcela da população detentora do poder econômico e político, as elites. Cabe reconhecer que sendo um projeto associado a esta determinada parcela da população, não significa que outras não tenham querido acessar a estes interesses e não tenham tido a mesma motivação pela modernidade, ainda que não tivessem condições objetivas para tal e mesmo que ficasse à margem das ações do poder público. Assim, vemos no trato com o esporte e sua relação com os projetos de modernidade das cidades em tela, uma das marcas desta modernidade: a ambiguidade.

Referências:

- ALBUQUERQUE, Wlamira R. Santos. Deuses e heróis nas ruas da Bahia: identidade cultural na Primeira República. **Revista Afro-Ásia**, n.18, p. 103-124, 1996.
- BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. 6 ed. SP: Paz e Terra, 2007.
- BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- COSTA, Angela Marques da e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GUNNING, Tom. O retrato do corpo humano: a fotografia, os detetives e os primórdios do cinema. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (Orgs.). **O cinema e a invenção da vida moderna**. 2 ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- KUMAR, Krishan. Verbete Modernidade. In: OUTHWAITE, William e BOTTMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LEITE, Rinaldo. **E a Bahia civiliza-se... ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana 1912-1916**. 1996. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.
- LEITE, Rinaldo. **A Rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas**. 322 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, PUC-SP, São Paulo, 2005.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MELO, Victor A. de. **CidadeSportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/FAPERJ, 2001.

MELO, Victor A. de. (Org.). **História comparada do esporte**. Rio de Janeiro: Shape, 2007.

NEEDEL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da Cidade da Bahia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia**: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. 143f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira República. 2 ed. SP: Companhia das Letras, 2003.

THEML, Neide e BUSTAMANTE, Regina. História comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 1-23, 2007.

Notas:

¹ Pós-doutor em História pela Universidade de Lisboa (2018) e Doutor em História Comparada pela UFRJ (2011). Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA); Professor do Programa de Pós-graduação em Educação (UFBA); Líder do Grupo de Pesquisa CORPO. E-mail: coriolanojunior@uol.com.br / <https://orcid.org/0000-0001-8228-2088>

² O levantamento foi feito nos seguintes espaços: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, Arquivo Público da Bahia, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro da Bahia, Centro de Estudos Baianos (Salvador) e Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).

³ Ao longo deste texto, ao usarmos o nome Bahia, estaremos nos referindo diretamente a sua capital Salvador e isto, por reconhecermos que é nela que se concentram as forças políticas e econômicas, mesmo não sendo um polo produtor, seja na agricultura ou na indústria. Além disto, as próprias definições territoriais da Bahia estão na época deste estudo ainda bastante difusas.

⁴ Termo apresentado por Rinaldo Cesar N. Leite em sua tese, como sendo usado por diversos personagens baianos para designar a Bahia em seus tempos áureos.

⁵ Georges-Eugène Haussmann, responsável pelas reformas urbanas determinadas por Napoleão III em Paris, tornando-se por isso muito conhecido, tendo sido neste período uma referência para as reformas urbanas ocorridas mundo afora.

⁶ José Joaquim Seabra, também governou entre 1920 e 1924, mas aqui interessa-nos o primeiro mandato. Seabra também foi deputado e senador, além de grande liderança política na Bahia, sendo seus seguidores chamados de Seabristas. De agora em diante denominado apenas por Seabra.

⁷ Ocupou o Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1902-1906) e de forma interina o Ministério das Relações Exteriores (15 de novembro a 3 de dezembro de 1902). Depois atuou como ministro da Viação e Obras Públicas (1910-1912) na presidência de Hermes da Fonseca.

⁸ *Diário de Notícias*, 22/06/1912, s.p.

⁹ Trechos do texto extraídos do Jornal A Tarde (18/08/1917).